

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO n° 88/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2018

OBJETO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETIVANDO possíveis aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.^a Noêmia.

LOTES 01 A 77 (VER ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA):

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/02/2019 às 08h00min.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25/02/2019 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 25/02/2019 às 09h01min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 25/02/2019 às 13h00min.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, NO SETOR DE LICITAÇÕES, COM O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO.

ENDEREÇO: CORONEL MEZA N° 373, Bairro CENTRO.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 365 DIAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ITEM 13 DO EDITAL

Oscar Hipólito Garcia Teixeira
Portaria 069/2018
Pregoeiro auxiliar
comliclavrasdosul@gmail.com



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul**

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.

CEP 97390-000

Lavras do Sul/RS

Fone: 55 3282 1267

PROCESSO N° 88/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2018

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25/02/2019 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 25/02/2019 às 09h01min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 25/02/2019 às 13h00min.

Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.^a Noêmia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 26/2018, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** – Processo n° 88/2018, objetivando o Registro de Preços dos bens relacionados no Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital, nos termos da **Lei n° 10.520 de 17/07/2002 e do Decreto Municipal n°4960 de 07 de Outubro de 2008** com aplicação subsidiária da **Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores**, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da **PROPOSTA DE PREÇO** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** no local, dia e até a hora abaixo mencionados. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

LOCAL: Sala do Setor de Compras e Licitações, com o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, na Rua Coronel Meza, n°373, Centro, Lavras do Sul/RS.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.^a Noêmia**, conforme Anexo I – Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelos órgãos relacionados no Termo de Abertura.

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital.

3. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1 A validade das propostas apresentadas será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da sua apresentação, preservando-se o direito da Administração de chamar as empresas classificadas, a qualquer tempo para a assinatura da Ata/Contrato para fornecimento.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Licitante deverá apresentar-se para **credenciamento** junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

4.2 O Licitante também deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação**.

4.3. A documentação referente aos subitens **4.1** (credenciamento) e **4.2** (declaração de habilitação) deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3.1. O licitante que não optar por credenciar representante legal, para participar da etapa de lances verbais, deverá igualmente e obrigatoriamente, apresentar a declaração constante no item 4.2 fora dos envelopes.

4.4. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de Sociedade Comercial e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de Sociedade Civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de Empresa ou Sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) Se representante legal, deverá apresentar:

b.1) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública;

ou

b.2) Credencial, outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Modelo Anexo deste Edital.

OBSERVAÇÃO: Em ambos os casos (**b.1** e **b.2**), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa (por exemplo, ato constitutivo/Contrato Social, conforme **alínea “a”** do **item 4.4**).

4.4.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

4.5. Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da Empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.6. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da Licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

5.1. Para participação no presente certame, o licitante, além de atender ao disposto no **item 9** deste edital, devendo apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL Nº 26/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2018
ENVELOPE DE Nº 01 – PROPOSTA
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE**

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL Nº 26/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2018
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE**

6. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

6.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO e 02 – DOCUMENTOS.

6.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

6.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1. A Proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 365 dias, deverá ser apresentada datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa (inclusive apresentando o número do CNPJ), e deverá conter:

a) Razão Social completa da Empresa (como nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual, etc);

b) Número do processo e do Pregão para Registro de Preços;

c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do folheto descritivo - Anexo I deste Edital;

d) Preço unitário e total de cada item, indicados em moeda corrente nacional, em algarismos, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

e) Deverá ser indicado na Proposta, **a marca dos produtos ofertados;**

f) Prazo de validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

OBSERVAÇÃO: Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

8.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

8.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

8.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate. O ordenamento do decremento dos lances será estabelecido pelo Pregoeiro no momento da sessão de disputa.

8.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 15** deste Edital.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-o com os valores de referência, decidindo motivadamente, a respeito.

8.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário por item/lote.

8.13. As normas disciplinadoras deste pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.

8.14. Serão desclassificadas:

a) As propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos dos **itens 7 e 9**.

b) As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

OBSERVAÇÃO: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.15. Não serão consideradas para efeito de julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

8.16. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

8.17. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

8.18. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.19. CRITÉRIO DE DESEMPATE: ressalvadas as demais hipóteses, previstas expressamente em lei e neste edital, como critério de desempate final será adotado o sorteio público, na forma estatuída pelo art. 45 parágrafo 2º da lei federal 8666/93 e suas alterações posteriores, em data e horário a ser definidos pela administração municipal, inclusive podendo ser realizada na mesma sessão de julgamento das propostas, caso presentes os licitantes que apresentaram a proposta mais vantajosa a administração e que derem ensejo a adoção de tal medida.

8.20. Em sendo habilitado o Licitante será considerado vencedor.

9 – DA HABILITAÇÃO:

9.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa Conjunta de Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários)

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, sendo do domicílio ou sede do licitante; somente serão consideradas se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas, **se não houver prazo diverso especificado na Certidão**;

f) **Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

g) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas).

h) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo **Anexo III**).

i) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no **Anexo IV**).

j) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

k) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

l) **Quando for o caso:** Produtos com registro na ANVISA e INMETRO, Alvará Sanitário, AFE (Autorização de Funcionamento), Atestado de Boas Práticas para Empresa Distribuidora e Atacadista.

IMPORTANTE: Os documentos citados acima poderão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião, ou cópias simples, **ACOMPANHADA PELOS ORIGINAIS**, para serem conferidas pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio desta Prefeitura. As cópias somente serão conferidas, se apresentadas até um dia de antecedência da data designada para abertura dos envelopes.

9.1.1. Para as Empresas cadastradas neste Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, expedido por esta Prefeitura ou por qualquer outro órgão da administração pública, rigorosamente em dia, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, e acompanhado das seguintes certidões:

a) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa Conjunta de Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários);

c) Certidão Negativa Municipal da sede ou domicílio do licitante;

d) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** conforme modelo;

e) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal conforme modelo;

f) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

g) **Quando for o caso:** Produtos com registro na ANVISA e INMETRO, Alvará Sanitário, AFE (Autorização de Funcionamento), Atestado de Boas Práticas para Empresa Distribuidora e Atacadista.

9.2. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9.3. A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos no **Art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, deverá apresentar, juntamente com o CREDENCIAMENTO, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, além de todos os documentos previstos no item 9.1 deste Edital.**

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da Lei Complementar nº147/2014.

9.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a Empresa de Pequeno Porte ou a Cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

9.6. O prazo que trata o **item 9.4**, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no **item 9.4**, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10. DA ADJUDICAÇÃO:

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, **o licitante que ofertar o menor preço por lote será declarado vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente até apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando a seguir a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte do licitante.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

11.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública do pregão, terá ele o prazo de **03 (três) dias corridos** para apresentação das razões de recurso.

11.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de **03 (três) dias corridos**, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo.

11.3. A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12. PRAZO E FORMA PARA A ENTREGA:

12.1. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em **até 10 (dez) dias úteis** após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues em **05 (cinco) dias úteis**, no endereço que segue, respeitado o previsto no Anexo I, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

12.2. Local e horário de entrega: Na sede da SMED (Rua Cel. Meza, nº322, Bairro Centro, Lavras do Sul/RS), das 08:00h às 14:00h, nos dias úteis de segunda às sextas-feiras.

12.2.1. Os itens 30, 33 e 44 deverão na entrega estar embalados em porções de 02 kg.

12.2.2. Os alimentos perecíveis deverão ser transportados em caixas térmicas para preservação da sua qualidade.

12.2.3. O responsável pela entrega (entregador) deverá estar uniformizado (vestimenta adequada com a atividade).

12.3. Os produtos objeto deste deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só seja aceito após exame efetuado pela Secretaria responsável e por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

12.4. Os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações solicitadas, caso não corresponda ao exigido pelo Edital, e o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao

atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

12.5. As servidoras responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo fiscais para este processo e contratos oriundos deste serão as servidoras **Goreti Fatima Lopes Dotto e Fernanda Dias Pires Porto.**

12.6. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado para a fiscalização do Processo.

12.7. O prazo para emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

12.8. O prazo que trata o **item 12.1** poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

12.9. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. A forma de pagamento do Município é por Nota de Empenho, e em **até 25 (Vinte e Cinco) dias consecutivos**, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo, neste caso as servidoras **GORETI FATIMA LOPES DOTTO e FERNANDA DIAS PIRES PORTO.**

13.2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues, e pelo cumprimento das normas do Edital e da Ata de Registro de Preços, mediante aposição de assinatura dos servidores responsáveis pela fiscalização do Processo e futuros contratos.

13.3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

13.4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

13.5. Não serão considerados, para efeitos de correção, **atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATANTE que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.**

13.6. Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos da seguinte **Dotação Orçamentária:**

0463 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda escolar (2018).

0464 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1005 – Merenda escolar (2018).

0465 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1153 – Merenda escolar (2018).

0531 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAC Conv. Merenda Creche (2018).

0532 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1042 – PNAC Conv. Merenda Creche (2018).

0533 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAP Merenda Pré escolar (2018).

0534 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.1085 – PNAP Merenda Pré escolar (2018).

0535 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda Educação Especial (2018).

0536 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.1121 – Merenda Educação Especial (2018).

103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda escolar (2019).

103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1049 – Merenda escolar (2019).

103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1153 – Merenda escolar (2019).

119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).

119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1042 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).

119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1049 - PNAC Conv. Merenda Creche (2019).
120 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 - PNAP Merenda Pré escolar (2019).
120 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.1085 - PNAP Merenda Pré escolar (2019).
121 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 - Merenda Educação Especial (2019).
121 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.1121 - Merenda Educação Especial (2019).

14. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS:

14.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

14.2. Havendo alteração de preços dos produtos, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o Art. 65, II "D", da Lei 8.666/93 e alterações em vigor.

14.2.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

14.3. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

14.4. Independentemente da solicitação de que trata o item **14.3**, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município.

14.5. O preço alterado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

15.1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

15.1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

15.1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

15.1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

15.2. Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

15.3. Multa, da seguinte forma:

15.3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 15.1.2.**;

15.3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 15.1.1.**;

15.4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

15.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

15.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 15.3.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 15.3.1** acima: por 2 (dois) anos.

15.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito ou através de contato telefônico através do Fone (55) 3282-1267, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data designada para recebimento dos envelopes.

16.2. Para agilidade nos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail, bem como Dados bancários da empresa, em caso de futuras contratações/aquisições.

16.3. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Lavras do Sul, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

16.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenização (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

16.6. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

16.7. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do Licitante, desde que, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.11. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.12.. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às

licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.13. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal e/ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.14. Os órgãos e/ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.15. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

16.16. A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

16.17. A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

16.18. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

16.19. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.20. Aplicam-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

16.21. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

16.22. O Município de LAVRAS DO SUL adjudicará o objeto desta Licitação a **um ou mais Proponentes**, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

16.23. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da PMLS todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

17 – DOS ANEXOS:

Constituem anexos deste Edital:

Constituem anexos deste Edital:

a) **Anexo I** – Termo de referência;

b) **Anexo II** – Credencial;

c) **Anexo III** – Modelo de Declaração de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE;

d) **Anexo IV** – Modelo de Declaração de que não emprega menor;

e) **Anexo V** – Declaração de que atende aos requisitos de Habilitação;

f) **Anexo VI** – Minuta da Ata de Registro de Preços;

g) **Anexo VII** – Minuta de Contrato.

18 – DO FORO:

18.1. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Lavras do Sul, para dirimir quaisquer litígios oriundos da Licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lavras do Sul, 28 de dezembro de 2018.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
CNPJ 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.
CEP 97390-000
Lavras do Sul/RS
Fone: 55 3282 1267

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO N° 88/2018
PREGÃO PRESENCIAL n° 26/2018

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25/02/2019 às 09h00min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 25/02/2019 às 09h01min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 25/02/2019 às 13h00min.

Local: Município de LAVRAS DO SUL

LOCAL: Sala do Setor de Compras e Licitações, com o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, na Rua Coronel Meza, nº373, Centro, Lavras do Sul/RS.

1. Objeto:

O presente termo tem por OBJETO quantificar, especificar e definir algumas condições para **Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.ª Noêmia.**

2. Especificações e Quantidades:

Lote	Unid.	Quant.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	caixa	200	FARINHA DE AVEIA , em embalagem de 200g, plástica com solda intacta em caixa de papelão, com prazo de validade e data de fabricação e Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 3,86	R\$ 772,00
02	unidade	400	ABACAXI FRUTA , isenta de qualquer machucado, batida ou insetos, tamanho médio, em médio amadurecimento, em unidades. Prazo de validade semanal.	R\$ 3,54	R\$ 1.416,00
03	unidade	200	ALFACE LISA , com folhas íntegras, não murchas e pés em bom formato de tamanho médio. Validade semanal.	R\$ 1,29	R\$ 258,00
04	unidade	800	ACHOCOLATADO EM PÓ , instantâneo, de boa qualidade, embalagem plástica de 800g, com solda e lacre íntegros, reforçada, Registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses e que contenha esses	R\$ 13,62	R\$ 10.896,00

			ingredientes: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja e aromatizante, com traços de leite.		
05	pacote	2.000	AÇÚCAR CRISTAL , cristalizado, embalado em embalagem plástica resistente, com solda reforçada e íntegra, contendo 02kg , com Registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	R\$ 4,92	R\$ 9.840,00
06	pacote	100	AÇÚCAR MASCADO , de boa qualidade, não contendo produtos químicos para clareamento, em embalagem de 500g, plástica com solda íntegra isenta de mofo ou bolor, com data de fabricação e validade. Registro no Ministério de Agricultura.	R\$ 9,01	R\$ 901,00
07	kg	15	ALHO , produto <i>in natura</i> , gráudo e novo, selecionado, sem brotos e isento de qualquer sujidade ou algo que prejudique sua qualidade, desrestiado, prazo de validade semanal.	R\$ 22,12	R\$ 331,80
08	pacote	200	AMIDO DE MILHO , 100%, embalagem íntegra plástica com solda reforçada, de 01 kg cada, contendo Registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	R\$ 6,71	R\$ 1.342,00
09	kg	500	ABÓBORA TIPO CABOTIÁ , casca íntegra, tamanho médio, madura, sem sujidades ou inseto que comprometa a qualidade, prazo de validade semanal.	R\$ 2,79	R\$ 1.395,00
10	pacote	4.000	ARROZ TIPO 2 , longo, fino, de boa qualidade, sem apresentar sujidades ou inseto que comprometa a qualidade, embalagem plástica resistente, solda reforçada e íntegra, embalagem de 01kg, com Registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 2,53	R\$ 10.120,00
11	kg	100	APRESUNTADO , de boa qualidade, fatiado “fresco”, com os seguintes ingredientes: Carne suína, água, proteína de soja, sal, amido, açúcar, estabilizante, espessante, realçador de sabor, aromatizante, aromas idênticos aos naturais, contém especiarias, isoascorbato de sódio, conservantes e corantes. Com data de validade, com Registro de Inspeção Sanitária Federal (SIF), CISPOA, ou SIM, embalagem transparente com etiqueta de peso e validade.	R\$ 12,16	R\$ 1.216,00

12	kg	800	BANANA FRUTA DO TIPO “CATURRA”, grau médio de amadurecimento , sem machucados ou partes pretas, prazo de validade semanal.	R\$ 3,42	R\$ 2.736,00
13	kg	800	BATATA INGLESA BRANCA , tamanho médio, limpas “sem brotos” ou machucados, isenta de insetos ou odor, prazo de validade semanal.	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
14	500	pacote	BOLACHA DOCE , biscoito doce “tipo MARIA”, apresentando os seguintes ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, soro de leite em pó, sal, emulsificante, fermentos, bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio, melhorador, protease e metabissulfito de sódio e aromatizantes, de boa qualidade, embalagem plástica, transparente, solda íntegra reforçada, com dupla proteção, em pacotes de 360g, deve constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 4,42	R\$ 2.210,00
15	500	pacote	BOLACHA ÁGUA E SAL , biscoito salgado água e sal, apresentando os ingredientes: farinha de trigo especial enriquecida c/ ferro e ácido fólico, gordura vegetal, sal, açúcar invertido, açúcar, fermento, bicarbonato de sódio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante. de boa qualidade, embalagem plástica, transparente, solda íntegra reforçada, com dupla proteção, em pacotes de 360g, constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 4,66	R\$ 2.330,00
16	500	pacote	BOLACHA DE GERGELIM , de boa qualidade com ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante, lecitina de soja, fermento, bicarbonato de sódio. Embalagem de 360g, com validade de 6 meses, com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 6,04	R\$ 3.020,00
17	500	pacote	BOLACHA DOCE , biscoito doce “tipo MAISENA”, apresentando os ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, soro de leite em	R\$ 4,66	R\$ 2.330,00

			pó, sal, emulsificante, lecitina de soja, fermento, bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio, pirofosfato, ácido de sódio, melhorador, e aromatizantes, de boa qualidade, embalagem plástica, transparente, solda íntegra reforçada, com dupla proteção, em pacotes de 360g, constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.		
18	unidade	200	BRÓCOLIS , novo, de cor verde escuro, isento de manchas ou insetos, com flores tenras e bem formadas, embalado em bandejas de isopor com prazo de validade semanal.	R\$ 4,73	R\$ 946,00
19	pacote	100	COLORAU , calorífero tempero corante natural sem adição de produtos químicos em embalagem plástica de 80g, com prazo de validade e data de fabricação visível.	R\$ 1,33	R\$ 133,00
20	caixa	50	CHÁ DE INFUSÃO , embalagem de 10g, contendo 10 saquinhos para infusão, de frutas e flores, com data de validade e fabricação impresso na embalagem.	R\$ 4,95	R\$ 247,50
21	kg	300	BETERRABA , nova, sem folhas, tamanho médio, limpa, sem estar MURCHAS, de boa aparência. Prazo de validade semanal.	R\$ 3,26	R\$ 978,00
22	kg	300	BERGAMOTA TIPO PONCÃ , de tamanho médio, madura, sem manchas ou qualquer coisa que comprometa a qualidade. Prazo de validade semanal.	R\$ 4,89	R\$ 1.467,00
23	caixa	400	CAFÉ EM PÓ , de boa qualidade, embalagens a vácuo, embalagem aluminizada, embalado individualmente em 500g, em caixas de papelão, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 9,05	R\$ 3.620,00
24	pacote	100	CALDO EM PÓ DE GALINHA , de boa qualidade, em pó, em embalagem plástica com solda íntegra, com data de validade e fabricação, de 01kg. Ingredientes: Amido, sal, açúcar, gordura de galinha, condimentos variados, preparado de galinha, realçador de sabor, corante natural. Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 11,15	R\$ 1.115,00
25	pacote	300	CANJICA DE MILHO AMARELO , tipo I, sem presença de grãos mofados e/ou carunchados. Deve apresentar Registro no Ministério da Agricultura, deve estar em embalagens transparentes, plásticas, resistentes e com solda íntegra. Embalagens	R\$ 3,02	R\$ 906,00

			de 500g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.		
26	kg	800	CEBOLA , nova, desrestitada sem machucados ou brotos, tamanho médio, sem sujidades ou algo que possa comprometer a sua qualidade. Prazo de validade semanal.	R\$ 3,06	R\$ 2.448,00
27	kg	800	CENOURA , nova, tamanho médio, sem folhas, sem sujidades ou algo que possa comprometer a sua qualidade, limpas. Prazo de validade semanal.	R\$ 2,86	R\$ 2.288,00
28	tubo	10	CANELA EM PÓ , de boa qualidade, em embalagem plástica tipo tubo com 30g, com data de validade e fabricação.	R\$ 3,68	R\$ 36,80
29	unidade	200	COUVE FLOR , nova, sem folhas, isenta de manchas ou insetos, com flores tenras e bem formadas, embalado em bandejas de isopor. Prazo de validade semanal.	R\$ 4,59	R\$ 918,00
30	kg	1.500	CARNE BOVINA , carne de segunda desossada com no máximo 20% de gordura, sem excesso de sangue, de boa qualidade, FRESCA , com Registro de Inspeção Sanitária Federal (SIF), CISPOA, ou SIM.	R\$ 19,60	R\$ 29.400,00
31	kg	200	CARNE SUÍNA , carne congelada suína sem osso – sobre paleta, de boa qualidade, em embalagem a vácuo, com data de fabricação e validade e Registro no Ministério da Agricultura e SIF.	R\$ 18,33	R\$ 3.666,00
32	pacote	100	CANJQUINHA DE MILHO AMARELO , tipo I, sem presença de grãos mofados e/ou carunchados. Deve apresentar Registro no Ministério da Agricultura, deve estar em embalagens transparentes, plásticas, resistentes e com solda íntegra. Embalagens de 500g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 2,95	R\$ 295,00
33	kg	3.000	CARNE MOÍDA DE 2ª , moída de segunda, FRESCA , boa qualidade, sem excesso de sangue, gordura ou nervos, apresentando cor e textura características, em embalagem plástica resistente. Apresentando Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 14,16	R\$ 42.480,00
34	pote	200	DOCE DE FRUTAS , de frutas em pasta, de boa qualidade, com data de validade e fabricação, embalagem de 400g, com os ingredientes: Polpa de uva, açúcar, xarope de glicose de milho e conservante.	R\$ 5,13	R\$ 1.026,00

35	pacote	200	ERVILHAS CONGELADAS , com grãos graúdos, em embalagem plástica de 300g, com solda íntegra, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 4,16	R\$ 832,00
36	unidade	1.000	EXTRATO DE TOMATE , composto de tomate, somente com os seguintes ingredientes: Tomate, açúcar e sal , de boa qualidade em sachê de 340g, intacto, sem violação, com Registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
37	pacote	100	FARINHA DE MANDIOCA , farinha de mandioca simples, sem a presença de temperos ou conservantes químicos de boa qualidade isentos de bolor, insetos ou qualquer sujidades, em embalagem de 01 kg, plásticas com data de fabricação e validade apresentando o Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 5,57	R\$ 557,00
38	pacote	200	FARINHA DE MILHO INSTANTÂNEA , mistura para polenta instantânea, de boa qualidade, sem tempero ou conservante químico, com ingredientes apenas: Milho, sal, ácido fólico e ferro, em embalagens com 500g, isenta de bolor e umidade, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses; com Registro no Ministério da Agricultura, isenta de bolor e umidade.	R\$ 2,69	R\$ 538,00
39	pacote	500	FARINHA DE TRIGO , de trigo especial, de boa qualidade, pacotes de 05kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 04 meses descritos na embalagem. Registro no Ministério da Agricultura. Deve estar embalada em papel resistente com solda íntegra.	R\$ 12,95	R\$ 6.475,00
40	pacote	600	FEIJÃO TIPO I , preto tipo I, novo, de fácil cozimento, de boa qualidade, deve apresentar data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses, Registro no Ministério da Agricultura, deve estar acondicionado em embalagens plásticas transparentes de 01kg, sem a presença de carunchos e/ou mofo e ou torrados, e ao exame visual deverá apresentar-se grãos íntegros sem perfurações.	R\$ 5,09	R\$ 3.054,00
41	pacote	100	FLOCOS DE MILHO , matinal integral açucarado, de boa qualidade em pacotes de 500g, embalagem plástica. Com Registro no Ministério da Agricultura. Contendo	R\$ 12,32	R\$ 1.232,00

			data de fabricação e data de validade.		
42	pote	30	FERMENTO EM PÓ , de boa qualidade em embalagem de plástico tipo pote de 100g, contendo data de fabricação e validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 3,58	R\$ 107,40
43	unidade	100	FERMENTO BIOLÓGICO SECO , de boa qualidade, instantâneo, em embalagens aluminizadas à vácuo, com 500g cada, intactas, lacre resistente, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses e Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 17,99	R\$ 1.799,00
44	kg	50	FÍGADO DE GADO , de boa qualidade “FRESCO”, em embalagem plástica, com validade de 02 dias, com Registro de Inspeção Sanitária Federal (SIF), CISPOA, ou SIM.	R\$ 9,66	R\$ 483,00
45	kg	30	FÍGADO DE GALINHA , de boa qualidade, em embalagem de 01 kg plástica, congelado, com Registro de Inspeção Sanitária Federal (SIF), CISPOA, ou SIM, e prazo de validade de 03 meses no mínimo.	R\$ 3,79	R\$ 113,70
46	pacote	100	GELATINA EM PÓ , sabores (uva, cereja, limão, laranja), em pacotes de 01 kg com prazo de validade no mínimo de 12 meses, em embalagem íntegra isenta de umidade e bolor, com Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 13,16	R\$ 1.316,00
47	unidade	50	GOIABADA , em tabletes de 300g, em embalagem plástica transparente resistente, com data de validade e fabricação, com os seguintes ingredientes: Polpa de goiaba, açúcar líquido, estabilizante pectina e acidulante ácido cítrico.	R\$ 4,09	R\$ 204,50
48	saco	4.000	IOGURTE com polpa, embalagem íntegra de 01 litro, de polietileno flexível leitoso. Deve apresentar data de fabricação e prazo de validade de 30 dias com Registro no SIF/ CISPOA. Com os ingredientes: Leite padronizado e/ou leite em pó reconstituído, açúcar, polpa de morango ou frutas, água, corante natural, aroma idêntico ao natural de morango, conservante, acidulante ácido láctico, amido e espessante, leite em pó integral, amido modificado, estabilizante gelatina e cultura microbiana. Sabor morango, salada de fruta.	R\$ 6,15	R\$ 24.600,00

49	kg	600	LARANJA FRUTA , de tamanho médio e em médio estado de amadurecimento e que não estejam estragadas ou murchas, com prazo de validade semanal.	R\$ 2,52	R\$ 1.512,00
50	caixa	8.000	LEITE UHT INTEGRAL , leite integral ultrapasteurizado (UHT), longa vida, de 01 litro, com data de fabricação e prazo de validade por no mínimo 04 meses, com selo de Registro no SIF/Ministério da Agricultura.	R\$ 2,46	R\$ 19.680,00
51	pacote	400	LENTILHA , de boa qualidade, sem mofo ou bolor ou algo que comprometa a sua qualidade, e ao exame visual deverá apresentar grãos íntegros sem perfuração, em embalagens de 500g, com data de validade e fabricação, com Registro no Ministério da Agricultura, prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 5,26	R\$ 2.104,00
52	kg	800	MAÇÃ NACIONAL , "FUGI" de tamanho médio, sem machucados, sãs, sem sardas ou granizada, prazo de validade semanal.	R\$ 4,56	R\$ 3.648,00
53	balde	100	MAIONESE , molho de maionese em balde de 03 kg embalada em saco plástico e dentro de balde resistente. Com Registro no Ministério da Saúde. Com prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 25,32	R\$ 2.532,00
54	kg	800	MAMÃO , tipo "FORMOSA", inteiro, sem machucados ou batidos, de médio amadurecimento , com prazo de validade semanal.	R\$ 4,86	R\$ 3.888,00
55	pacote	200	MASSA CONCHINHA pequena, para sopa, de boa qualidade, embalagens plásticas transparentes, solda íntegra e resistente, contendo glúten natural de trigo, sêmola de trigo enriquecida com Ferro e ácido fólico, ovo e corantes, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, e ao exame visual deverá apresentar - se íntegra, sem estar perfurada e sem a presença de carunchos e visualmente sem quebrados, em embalagens de 500g. Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 3,50	R\$ 700,00

56	pacote	500	MASSA PENNE , tipo penne, de boa qualidade, embalagens plásticas transparentes, solda íntegra e resistente, contendo glúten natural de trigo, sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovo e corantes, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, e ao exame visual deverá apresentar-se íntegra, sem estar perfurada e sem a presença de carunchos e visualmente sem quebrados, em embalagens de 500g. Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 3,22	R\$ 1.610,00
57	pacote	500	MASSA ESPAGUETE , tipo espaguete, de boa qualidade, embalagens plásticas transparentes, solda íntegra e resistente, contendo glúten natural de trigo, sêmola de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, ovo e corantes, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, e ao exame visual deverá apresentar - se íntegra, sem estar perfurada e sem a presença de carunchos e visualmente sem quebrados, em embalagens de 500g. Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 3,18	R\$ 1.590,00
58	kg	150	MEL , de boa qualidade, 100% natural, com Registro no Ministério da Agricultura, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 22,27	R\$ 3.340,50
59	lata	100	MILHO EM CONSERVA , em latas de 02 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, em bom estado de conservação, intactas, sem amassados, enferrujados ou estufadas, com Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 15,78	R\$ 1.578,00
60	pote	50	MARGARINA , de boa qualidade, com os ingredientes: água, óleo vegetal, vitaminas, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácido graxos e polirricinoleato poliglicerol, conservadores acidulante, aromatizante de manteiga, antioxidantes, corantes, embalagem de 500g, plástica com Registro no SIF.	R\$ 4,62	R\$ 231,00
61	kg	200	QUEIJO , tipo lanche, de boa qualidade fatiado, “fresco”, em embalagem plástica, não interfolhados com plástico, com os ingredientes: leite, pasteurizado, estabilizante, sal, coagulante, fermento lácteo, conservador, com Registro no SIF OU SIM OU CISPOA.	R\$ 27,66	R\$ 5.532,00

62	garrafa	800	ÓLEO DE SOJA , vegetal de soja, em garrafas PET, não poderão estar amassadas, estufadas, embalagem de 900 ml, contendo data de fabricação e prazo de validade de 12 meses, Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 3,89	R\$ 3.112,00
63	pacote	50	ORÉGANO , de boa qualidade, verde, isento de umidade e bolor, em embalagem de 200g, com prazo de validade de no mínimo de 06 meses.	R\$ 8,79	R\$ 439,50
64	dúzia	200	OVOS BRANCOS , de tamanho médio, de granja, em cartela de papelão, limpos e isentos de rachaduras. Com validade de no mínimo 30 dias.	R\$ 4,59	R\$ 918,00
65	pacote	800	PÃO FATIADO , em fatias, com 500g em embalagem plástica resistente e prazo de validade de no mínimo 15 dias. Com Registro no Ministério da Saúde. Não apresentando mofo ou bolor ou qualquer coisa que comprometa a qualidade, com os seguintes ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, sal, fermento, vitamina, conservante.	R\$ 3,39	R\$ 2.712,00
66	kg	2.000	PEITO DE FRANGO , sem tempero, de boa qualidade, com osso, CONGELADA, com no máximo 6% de água no peso bruto, embaladas em embalagens plásticas resistentes, deverá constar data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 02 meses, com Registro de Inspeção Sanitária Federal (SIF), CISPOA ou SIM.	R\$ 8,43	R\$ 16.860,00
67	kg	400	REPOLHO VERDE , com cabeça bem formada, sem machucados com bom aspecto, sem folhas murchas ou amareladas, tamanho médio, com prazo de validade semanal.	R\$ 1,99	R\$ 796,00
68	pacote	200	SAGU , de boa qualidade, em embalagens com 500g, isento de bolor ou umidade ou qualquer coisa que comprometa a sua qualidade, com Registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 4,70	R\$ 940,00
69	pacote	200	SAL IODADO , moído, iodado, embalado em embalagens plásticas transparentes, solda reforçada e íntegra de 01 kg, contendo Registro no Ministério da Saúde, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 24 meses.	R\$ 1,38	R\$ 276,00

70	kg	300	SALSICHA , resfriada, com os ingredientes: Carne de ave (frango e/ou galinha e/ou peru), carne suína, água, gordura suína, proteína de soja, miúdos suínos (pode conter fígado, língua, rim e/ou coração), sal, amido, açúcar, condimentos, regulador de acidez, estabilizantes, aromatizantes, realçador de sabor, antioxidantes, corantes, conservador. Embalagem plástica transparente, resistente, deverá constar a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 45 dias, com Registro no SIF ou CISPOA.	R\$ 8,22	R\$ 2.466,00
71	lata	100	SARDINHA , peixe eviscerado, lavado, pré-cozido, adicionado de molho de tomate, com Registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em latas com peso líquido de 30g , sem amassados, enferrujados ou estufados, data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses.	R\$ 5,06	R\$ 506,00
72	kg	1.000	SOBRECOXA DE FRANGO , congelada, interfolhada, sem tempero, com menos de 6% de gelo/água e sem excesso de pele ou gordura, com Registro no SIF, e data de validade e fabricação.	R\$ 8,36	R\$ 8.360,00
73	garrafa	200	SUCO CONCENTRADO DE UVA , suco concentrado, sem adição de açúcar ou conservantes/ corantes, em embalagens de vidro com capacidade de 1,5L.	R\$ 14,49	R\$ 2.898,00
74	pote	200	TEMPERO COMPLETO, sem pimenta , em potes plásticos de 270g, com ingredientes: sal moído, cebola, alho, amido de milho, coentro, orégano, salsa, cominho.	R\$ 3,59	R\$ 718,00
75	kg	800	TOMATE , de tamanho médio, boa aparência, sem machucados, grau médio de amadurecimento. Prazo de validade semanal.	R\$ 5,83	R\$ 4.664,00
76	kg	100	VAGEM , verde em médio amadurecimento, sem manchas/ ferrugem ou qualquer inseto que comprometa sua qualidade, com prazo de validade semanal.	R\$ 5,54	R\$ 554,00
77	garrafa	200	VINAGRE , de boa qualidade, de maçã, em embalagem plástica resistente, contendo 700 ml. Com data de fabricação e validade.	R\$ 3,33	R\$ 666,00
				TOTAL	R\$ 284.224,70

2.1. PARA OS LANCES, DEVERÃO SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO O PREÇO UNITÁRIO POR ITEM/LOTE.

3. Justificativa: Justifica-se este processo para que se possa atender ao Programa de Alimentação Escolar e proporcionar aos alunos da Rede Pública Municipal uma alimentação escolar de qualidade durante o ano letivo de 2019, visto que o cardápio é elaborado pelo Setor de Nutrição da SMED, com base nutricional e em quantidades ideais.

4. Prazo de Entrega: Os produtos ora licitados serão entregues conforme pedido por escrito, que se dará pelo envio da cópia da respectiva nota de empenho, devendo ser entregues **em até 10 (dez) dias úteis** após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues **em 05 (cinco) dias úteis**, no endereço que segue, respeitado o previsto no Anexo I, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento:

4.1. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

4.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, à custa da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

4.3. Os itens **27, 37 e 40** deverão na entrega estar embalados em porções de **02kg aproximadamente**.

4.4. Os alimentos perecíveis deverão ser transportados em caixas térmicas para preservação da sua qualidade.

4.5. O responsável pela entrega (entregador) deverá estar uniformizado (vestimenta adequada com a atividade).

5. Local e horário de entrega: Na sede da SMED (Rua Cel. Meza, nº322, Bairro Centro, Lavras do Sul/RS), das 08:00h às 14:00h, nos dias úteis de segunda às sextas-feiras.

6. Pagamento: O pagamento será feito em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo/Contrato.

6.1 A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta.

6.2 Somente serão pagos os valores correspondentes aos produtos efetivamente entregues mediante apresentação de nota fiscal/fatura, visada e datada pelas Fiscais do Contrato, neste caso as servidoras **GORETI FATIMA LOPES DOTTO e FERNANDA DIAS PIRES PORTO**.

7. Dotação Orçamentária: Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos das seguintes **Dotações Orçamentárias:**

0463 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda escolar (2018).
0464 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1005 – Merenda escolar (2018).
0465 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1153 – Merenda escolar (2018).
0531 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – PNAC Conv. Merenda Creche (2018).
0532 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1042 – PNAC Conv. Merenda Creche (2018).
0533 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – PNAP Merenda Pré escolar (2018).
0534 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1085 – PNAP Merenda Pré escolar (2018).
0535 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Merenda Educação Especial (2018).
0536 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1121 – Merenda Educação Especial (2018).
103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Merenda escolar (2019).
103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1049 – Merenda escolar (2019).
103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1153 – Merenda escolar (2019).
119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).
119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1042 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).

119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1049- PNAC Conv. Merenda Creche (2019).
120 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 - PNAP Merenda Pré escolar (2019).
120 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.1085 - PNAP Merenda Pré escolar (2019).
121 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 - Merenda Educação Especial (2019).
121 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.1121 - Merenda Educação Especial (2019).

ANEXO II

C R E D E N C I A L

A **empresa** _____ , através de seu **representante legal**, Sr.(a) _____ , **CPF** _____._____._____-__ , **Sócio-Gerente**, através desta, credencial a pessoa abaixo qualificada, concedendo-lhe todos os poderes necessários para representar-lhe perante PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL no **Pregão Presencial nº 26/2018, Processo nº 88/2018**.

Nome: _____

CPF _____._____._____-__

RG: _____

Lavras do Sul, ____ de _____ 2018.

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

**Processo nº 88/2018
PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2018**

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____-_____, Sócio-Gerente **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, **Processo nº 88/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO**, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Lavras do Sul, ____ de _____ 2018.

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO
DA EMPRESA**

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO IV

Processo nº 88/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2018

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2018**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

_____, __ de _____ de 2018.

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA**

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada
ou com o original para que se proceda à autenticação)*

ANEXO V
DECLARAÇÃO
PROCESSO N° 88/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Através da presente, declaramos que a empresa _____
_____ (*nome completo da empresa*), inscrita no CNPJ sob n°
_____ por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a) _____ portador da Carteira de Identidade RG n°
_____, **DECLARA**, sob pena de lei, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação para o presente Certame.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao Setor de Compras e Licitações do Município de Lavras do Sul/RS.

_____, de _____ de 2018.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO

E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VI

MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO nº 88/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2018

Aos ___ dias do mês de _____ de 2018, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor SÁVIO JOHNSTON PRESTES, RG 1034056307, CPF n.º 48782858004, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa _____, representada pelo _____, com sede na _____, CNPJ _____, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, homologada em ___/___/___, às fls. _____, referente ao **Pregão Presencial nº 26/2018** para **Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.ª Noêmia**, em conformidade com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal n.º 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o **Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.ª Noêmia**, conforme descrição, marcas e preços constantes do **Processo nº 88/2018, Pregão Presencial nº 26/2018**.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pela Administração.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento à Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o item 3 acima.
6.1. Independentemente do disposto no item 3, a Autoridade Competente poderá, na vigência do

registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.

2. O prazo de validade de registro de preços será de **12 (doze) meses oficiais**, contado da publicação da presente ata.

3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar **10 (dez) dias úteis** após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues em **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento de cada compra será efetuado em **até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos** após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelas Fiscais do Processo, sendo estas as Senhoras **GORETI FATIMA LOPES DOTTO e FERNANDA DIAS PIRES PORTO**.

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGPM mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGPM, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

4. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4.686/2007.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de produtos constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no Art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um prestador registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria Municipal de Educação

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito a penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em **até 10 (dez) dias úteis** após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues em **05 (cinco) dias úteis**, no endereço que segue, respeitado o previsto no Anexo I, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento:

1.1. Local e horário de entrega: Na sede da SMED (Rua Cel. Meza, nº322, Bairro Centro, Lavras do Sul/RS), das 08:00h às 14:00h, nos dias úteis de segunda às sextas-feiras.

1.2. Os itens 30, 33 e 44 deverão na entrega estar embalados em porções de 02kg.

1.3. Os alimentos perecíveis deverão ser transportados em caixas térmicas para preservação da sua qualidade.

1.4. O responsável pela entrega (entregador) deverá estar uniformizado (vestimenta adequada com a atividade).

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado pela Secretaria Competente.

3. O prazo para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os bens nos locais determinados no instrumento contratual.

6. Os produtos objeto deste, deverão estar dentro das normas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só seja aceito após exame efetuado por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

7. As servidoras responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo fiscais para este processo e contrato serão as servidoras **Goreti Fatima Lopes Dotto e Fernanda Dias Pires Porto**.

8. O prazo que trata o **item 1 desta cláusula** poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

2. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

3. **Multa**, da seguinte forma:

3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 1.2.;**

3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 1.1.;**

3.3. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

3.4. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 3.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 3.1** acima: por 2 (dois) anos.

3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3.7. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no Art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal N° 4.686//2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do Art. 78 da

Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão serem realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL - RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n.º 26/2018**, para Registro de Preços e a proposta das empresas conforme resultado por CNPJ, emitido pelo Sistema Banrisul de Pregões, anexo desta Ata, classificadas em 1º lugar, nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal n.º 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Lavras do Sul, __ de _____ de 2018.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito Municipal

Empresa Detentora do Preço Registrado
(Futura contratada)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO n.º ___/2018

PARA AQUISIÇÕES de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.ª Noêmia..

O Município de Lavras do Sul pessoa jurídica, com sede na Rua Coronel Meza, 373, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ n.º 88.201.298.0001-49 neste instrumento designada **CONTRATANTE**, representada pelo Senhor Sávio Johnston Prestes, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da identidade n.º 1034056307, CPF n.º 487.828.580-04 e a empresa _____, com sede em _____, inscrita no CNPJ n.º _____, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, _____, CPF n.º _____, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato

aquisições de gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.ª Noêmia, no Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme especificações constantes do Anexo I, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, do Edital de Pregão Presencial n.º 26/2018, e do Processo n.º 88/2018, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto do presente contrato é a aquisição de **gêneros alimentícios para as Escolas da Rede Pública Municipal e Creche Municipal Prof.ª Noêmia**, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I do Pregão Presencial n.º 26/2018** e do **Processo 88/2018**, mediante autorização da **CONTRATANTE** nas seguintes características:

(VIDE TERMO DE REFERÊNCIA): (listar lotes vencidos pela empresa)

CLÁUSULA SEGUNDA - BASES DO CONTRATO

2.1. Integram o presente Contrato os seguintes documentos, cujos termos, condições e obrigações, independentemente de transcrição, vinculam e obrigam as partes:

- a) Edital do **Pregão Presencial n.º 26/2018** e seus ANEXOS.
- b) Proposta da **CONTRATADA**.

2.2. Este Contrato é regido pelas normas da Lei n.º 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, são obrigações da **CONTRATADA**:

3.1.1. Reparar ou indenizar, prontamente e a critério da **CONTRATANTE**, eventuais danos, avarias ou prejuízos ocasionados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas, mesmo culposamente, por seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, no desempenho de suas atividades, autorizando, desde logo, o desconto em qualquer crédito que lhe favoreça.

3.1.2. Indicar responsável ou preposto com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes ao serviço, para correção imediata de reclamações da **CONTRATANTE**.

3.1.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir o serviço.

3.1.4. Manter durante toda a execução do Contrato as mesmas condições de habilitação e qualificação.

3.1.5. Não transferir quaisquer das obrigações e responsabilidades previstas, sem o prévio assentimento da **CONTRATANTE**.

3.2. As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens constantes no referido processo a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3.3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos itens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do §4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

3.4. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria solicitante.

3.5. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em **até 10 (dez) dias úteis** após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues em **05 (cinco) dias úteis**, no endereço que segue, respeitado o previsto no Anexo I, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento:

3.6.1 Local e horário de entrega: Na sede da SMED (Rua Cel. Meza, nº322, Bairro Centro, Lavras do Sul/RS), das 08:00h às 14:00h, nos dias úteis de segunda às sextas-feiras.

3.7. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita nos locais indicados acima, respeitado o previsto no Anexo I, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Efetuar o pagamento decorrente do presente contrato no prazo e condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA E PRAZO

5.1. O prazo de execução deste contrato será até 31 de dezembro do exercício em que foi assinado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO E ENTREGA

6.1. A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, devendo ocorrer o depósito em conta do contratado, em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada pelo Fiscal do Processo.

6.1.1 O prazo para entrega do objeto deste processo será de **até 10 (dez) dias úteis** após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues em **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de transmissão da cópia do respectivo empenho.

6.2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues, cuja Nota possua a assinatura que representa a aceitação por estarem os mesmos de acordo com as solicitações, por parte das Fiscais da execução do contrato, neste caso as servidoras **GORETI FATIMA LOPES DOTTO e FERNANDA DIAS PIRES PORTO**.

6.3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

6.4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

6.5. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATADA que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

6.6. Os produtos ora licitados serão entregues conforme pedido por escrito, que se dará pelo envio da cópia da respectiva nota de empenho, devendo ser entregues no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** após o

pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, sendo que os produtos HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues em **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do aviso de recebimento desta pela empresa.

6.7. Local e horário de entrega: Na sede da SMED (Rua Cel. Meza, nº322, Bairro Centro, Lavras do Sul/RS), das 08:00h às 14:00h, nos dias úteis de segunda às sextas-feiras.

6.7.1. Os itens 30, 33 e 44 deverão na entrega estar embalados em porções de 02kg.

6.7.2. Os alimentos perecíveis deverão ser transportados em caixas térmicas para preservação da sua qualidade.

6.7.3. O responsável pela entrega (entregador) deverá estar uniformizado (vestimenta adequada com a atividade).

6.8. Os produtos objeto deste, deverão estar dentro das normas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só seja aceito após exame efetuado por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

6.9. Os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações solicitadas, caso não corresponda ao exigido pelo Edital, e o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

6.10. As servidoras responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo fiscais para este processo e contrato serão as servidoras **Goreti Fatima Lopes Dotto e Fernanda Dias Pires Porto**.

6.11. O prazo que trata o **item 6.6 desta cláusula** poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

7.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

7.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

7.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

7.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

7.5. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

7.6. **Multa**, da seguinte forma:

7.6.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 7.2.**;

7.6.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 7.1.**;

7.7. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações

legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

7.8. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

7.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 7.6.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 7.6.1** acima: por 2 (dois) anos.

7.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

7.11. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais ou contratuais assegura à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, nos casos e formas dispostos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8666/93, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA NONA – VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO

9.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos itens, os seguintes valores:

9.2. **A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS da CONTRATANTE:**

0463 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda escolar (2018).
0464 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1005 – Merenda escolar (2018).
0465 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1153 – Merenda escolar (2018).
0531 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAC Conv. Merenda Creche (2018).
0532 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1042 – PNAC Conv. Merenda Creche (2018).
0533 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAP Merenda Pré escolar (2018).
0534 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.1085 – PNAP Merenda Pré escolar (2018).
0535 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda Educação Especial (2018).
0536 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.1121 – Merenda Educação Especial (2018).
103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda escolar (2019).
103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1049 – Merenda escolar (2019).
103 - 12.361.0221 - 2.069 - 3.3.90.30.00.00.00.1153 – Merenda escolar (2019).
119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).
119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1042 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).
119 - 12.365.0221 - 2.054 - 3.3.90.30.00.00.00.1049 – PNAC Conv. Merenda Creche (2019).
120 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – PNAP Merenda Pré escolar (2019).
120 - 12.365.0221 - 2.055 - 3.3.90.30.00.00.00.1085 – PNAP Merenda Pré escolar (2019).
121 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Merenda Educação Especial (2019).
121 - 12.367.0221 - 2.117 - 3.3.90.30.00.00.00.1121 – Merenda Educação Especial (2019).

9.3. Incluídos no preço estão todas e quaisquer vantagens e abatimentos, impostos, taxas, e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que, eventualmente, incidam sobre a operação, ou ainda despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Lavras do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes **CONTRATANTES** e testemunhas.

Lavras do Sul, ___ de _____ de 2018.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____